

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.557 - PR (2019/0010803-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **ALBERTO RODRIGUES ALVES - PR025317**  
ANA LÚCIA RODRIGUES LIMA E OUTRO(S) - PR031090  
SANDRA REGINA RODRIGUES - PR027497  
MARCELO HIRT DOS SANTOS - PR049014  
PATRICIA ISOLANI - PR064559  
**AGRAVANTE** : **MICHELE PEDROSO WALTER**  
**ADVOGADO** : **MAURÍCIO GOMES TESSEROLLI E OUTRO(S) - PR048133**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSURGÊNCIA DA OPERADORA DE TELEFONIA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - NÃO ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 514, II DO CPC - NÃO CONHECIMENTO DO APELO NESTE PONTO. JUROS DE MORA - INCIDÊNCIA A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA - AUSÊNCIA DE INTERESSE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

RECURSO ADESIVO. QUANTUM INDENIZATÓRIO - INSCRIÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO INDEVIDAMENTE - VALOR QUE SE REVELA SUPERIOR AO FIXADO POR ESTE TRIBUNAL - MAJORAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS - MANUTENÇÃO DO VALOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 311/327), aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 884 e 944, do CC.

Alega, em síntese, que os danos morais foram fixados de forma exorbitante (R\$20.000,00 - vinte mil reais), pedindo sua redução.

É o relatório. DECIDO.

2. Quanto ao valor fixado a título de danos morais, é pacífico nesta Corte que, em sede de recurso especial, a revisão da indenização por dano moral apenas é possível quando o *quantum* arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, cumpre ressaltar que não é

cabível examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. Precedentes: REsp 686050/RJ, 1ª Turma, MIn. Luiz Fux, DJ de 27.06.2005; AgRg no Ag 605927/BA, Min. Denise Arruda, DJ de 04.04.2005; REsp 734.741/MG, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 27.03.2006.

No presente caso, entendo que a quantia fixada pelo Tribunal de origem, qual seja, R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), encontra-se em consonância com os precedentes desta Corte, não ensejando a revisão em sede de recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE NEGATIVAÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Com relação à alegada violação do art. 535 do CPC/1973, verifica-se que a controvérsia posta foi fundamentadamente decidida pelo Tribunal a quo, embora de forma contrária aos interesses da recorrente, motivo pelo qual, não resta caracterizada a ofensa ao aludido dispositivo legal.

2. Os embargos de declaração não possuíam nítido caráter de prequestionamento, mas sim buscavam rediscutir matéria claramente examinada pela Corte estadual, impedindo o afastamento da multa prevista no art. 538 do CPC/1973, segundo entendimento do STJ.

3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que os embargos declaratórios, mesmo quando opostos para fins de prequestionamento, só serão admissíveis se o decisum embargado ostentar algum dos vícios previstos no art. 535 do CPC/1973 (art. 1.022 do NCPC).

4. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais fixado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula 7/STJ. No caso dos autos, verifica-se que o quantum estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra desproporcional, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

5. Esta Corte Superior tem entendimento assente no sentido de ser razoável, em caso de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, a quantificação dos danos morais em valor equivalente a até 50 salários mínimos. Precedentes.

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 47.035/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 23/08/2016)

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo de OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

